

História e Cultura Material: O acervo de cultura clássica do Museu Nacional do Rio de Janeiro

Neyde Theml

Podemos dizer que a História é um tipo de saber, à medida que definiu seu objeto, as práticas de pesquisa documental e as regras de produção de seu discurso. Quanto às teorias e métodos aplicáveis pelos historiadores, observamos dois fenômenos interessantes, por um lado, a contaminação, no sentido de circulação de informações, das teorias e métodos de outras áreas dos saberes contemporâneos e, por outro, a pluralidade historiográfica. Isto produz, por sua vez, duas situações observáveis empiricamente, 1º- a sensação de perplexidade e 2º- a aparente perda de identidade. As respostas imediatas, diante desta espécie de mal estar, correspondem a um acirrado debate teórico-metodológico que aparece como reforçando a idéia de que a História tende a se apresentar com diversas faces, à medida em que dela se fala como: história social da cultura, história regional, história demográfica, história das mentalidades, história antropológica, história sócio-lingüística e até o sugestivo título do livro de François Dosse, *A história em migalhas* (São Paulo: Editora Ensaio, 1992), nos mostra esta preocupação do historiador em explicar o espaço do conhecimento histórico e o próprio processo historiográfico.

Todas estas questões, no nosso entender, fazem parte da dinâmica do conhecimento e da pesquisa científica e, se o historiador não pode mais fazer história sem, *a priori*, eleger uma teoria, o método e as técnicas pertinentes às hipóteses de trabalho, também não pode problematizar questões sem delimitação de tempo e espaço, e sem a seleção de um *corpus* documental.

Sendo assim, vale dizer que consideramos os documentos como suportes de problematização e de informações; sejam eles textuais ou cultura material. Quanto à natureza dos documentos, gostaríamos de nos remeter, inicialmente, a Lucien Febvre (*Combates pela História*. Lisboa: Presença, 1977, vol.II, pp. 212-213) onde comentando o livro de Marc Bloch (*Introdução à História*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1965), nos diz:

“A História faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando eles existem. Mas ela pode fazer-se, ela deve fazer-se sem documentos escritos, se os não houver. Com tudo o que o engenho do historiador pode permitir-lhe utilizar para fabricar o seu mel, à falta das flores habituais. Portanto, com palavras. Com signos. Com paisagens e telhas. Com formas de cultivo e ervas daninhas. Com eclipses da lua e as cangas de bois. Com exames de pedras por geólogos e análises de espadas de metal por químicos. Numa palavra com tudo aquilo que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, significa a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem. Não consistirá toda uma parte, e sem dúvida a mais apaixonante do nosso trabalho de historiador, num esforço constante para fazer falar as coisas mudas, fazer com que digam o que por si próprias não dizem sobre os homens, sobre as sociedades que as produziram — e, finalmente, constituir entre elas essa vasta rede de solidariedade e de entreajuda que supre a ausência do documento escrito?”

Tanto Marc Bloch quanto Lucien Febvre já passavam a perceber que o historiador deveria conceber, para suas pesquisas, outros tipos de documentos e com isso atenuava, de certa forma, a primazia do documento textual.

Hoje, o historiador da Antiguidade compreende muito bem que, além e não apenas na ausência dos documentos escritos, ele deve trabalhar com documentos de diversa natureza. Entre estes, gostaríamos de destacar os documentos que chamaríamos, de uma forma geral, de arqueológicos e que alguns historiadores classificam como “cultura material”. Eles compreendem um repertório de artefatos de todos os tipos, além de tumbas, templos, santuários, casas, muralhas e muitas outras espécies de “criações”, consideradas necessárias aos homens, numa determinada sociedade, localizável no tempo e no espaço.

O historiador das sociedades da Antiguidade Grega e Romana, que é o nosso caso, precisa circular com habilidade, em termos de operacionalização da documentação, tanto com documentos textuais quanto com documentos “arqueológicos”. Evidentemente que o tratamento dos documentos não pode seguir as mesmas técnicas. Por outro lado, a cultura material não pode ser entendida como uma prova concreta das informações provenientes dos documentos textuais e nem devemos pensar o contrário, pois passaríamos da “tirania empírica do texto” para a do “empirismo arqueológico”. Acreditamos que estamos diante de dois níveis diferentes de possíveis informações e de *topos* também diferentes de problematização,

mas que em algum momento da pesquisa eles devem ser cruzados através de algum embreante teórico.

Por uma razão simplesmente demonstrativa do que até então falamos, gostaríamos de destacar, para a sociedade políada ateniense, por exemplo, que para o Vº séc. a. C. existe uma grande produção de vasos cerâmicos, com ou sem imagens. Com esta documentação, helenistas franceses e ingleses produziram uma série de trabalhos que abordavam diversos aspectos da sociedade ateniense permitindo uma compreensão maior das práticas sociais daquela sociedade. Segundo Alain Schnapp (*La duplicité du chasseur: comportement juvénile et pratique cynegetique en Grèce ancienne aux époques archaïque et classique*. Paris: EHESS, 1987, pp. 238-240), a sociedade ateniense tinha necessidade de imagens e a originalidade da prática de figuração estava na diversidade dos sistemas de imagens, e esta diversidade estaria ligada ao princípio de liberdade que perpassava a ideologia democrática daquela sociedade. Schnapp nos diz ainda que: o lugar do oleiro na sociedade ateniense está em fabricar objetos correntes, tanto comuns quanto sagrados. Objetos que acompanham o homem do nascimento à morte, da casa à ágora. E mais, com a circulação de mensagens escritas e imagéticas, em suportes diferentes, o ateniense descobre o poder de ilusão tanto da escrita quanto da imagem. Poderíamos citar uma série de outros pesquisadores que estão trabalhando com o cruzamento de informações provenientes de mensagens decodificadas de “síntaxes, gramáticas e léxicos diferentes”. Com isto, refiro-me a objetos ou artefatos, imagens, vestuário, adereços, gestos, mobiliário e por tantas vias que a semiótica permita ao pesquisador.

Mas por que retomamos as questões referentes à documentação e ao ofício do historiador? Por que helenistas e romanistas brasileiros precisam, hoje, justificar que necessitam para suas pesquisas também terem livre acesso a documentação “arqueológica”? Afinal, os grandes centros de pesquisa internacionais, como as diversas Escolas de Arqueologia em Atenas, quanto as em Roma e mesmo os grandes Museus nunca nos perguntaram, como forma de constrangimento, privilégio ou de hierarquia, se éramos historiadores ou arqueólogos, se éramos doutores ou mestres, quando lá fomos para pesquisar. Nem mesmo nos impediram de pesquisar, alegando que outro pesquisador trabalhava com a mesma temática ou com os mesmos documentos.

Toda nossa reflexão se processou diante de uma situação, que diríamos, atípica. O Museu Nacional do Rio de Janeiro possui um acervo greco-romano e etrusco, considerado o maior e mais importante da América Latina. A constituição deste acervo data, aproximadamente, da segunda

metade do século XIX, mas as chuvas de agosto, no Rio, em 1995, tornaram público o estado precário de conservação e “armazenamento” em que aquele se encontra. No nosso entender, o LHIA da UFRJ deveria unir-se ao Museu Nacional para apoiar todas as medidas que forem necessárias para reverter uma perda virtual e eminente de tal acervo.

É neste sentido que agora apresentamos um breve histórico deste acervo, para nos unirmos em sua defesa.

O Imperador D. Pedro II e sua esposa Teresa Cristina, princesa napoletana da dinastia Bourbon, organizaram, no Rio de Janeiro, na Quinta Imperial da Boa Vista, por volta da segunda metade do século XIX, o acervo de peças provenientes das sociedades antigas grega, romana e etrusca que iriam ampliando no decorrer do tempo, por interesse aos estudos clássicos, em voga naquela época. As primeiras peças, que chegaram ao Rio de Janeiro, faziam parte da Coleção Carolina Murat, esposa do Rei Joaquim Murat, rei de Nápoles de 1808 a 1815, que haviam sido, por iniciativa dos Bourbon de Nápoles, reunidas com as peças da coleção Bourbon-Farenese. Posteriormente, os Bourbons organizaram o acervo arqueológico e criaram o chamado Real Museu Bourbonônico, atualmente Museo Nazionale di Napoli. Assim, provavelmente as primeiras peças da Coleção Carolina Murat teriam vindo com a futura Imperatriz brasileira ou enviadas como presente de casamento.

Este acervo da família imperial brasileira, hoje no Museu Nacional do Rio de Janeiro na Quinta da Boa Vista da UFRJ, foram objeto de que tipo de estudos? Ou motivaram que tipos de problematização em relação à História Antiga? Ou ainda, como foram preservadas as peças? Ou mais, como estão arquivadas? Ou mesmo que tipos de catálogos foram publicados?

No Rio de Janeiro, encontramos somente alguns trabalhos publicados, fato que nos deixou surpresos. A mais antiga publicação que encontramos é de Childe, conservador do acervo, com o título *Guia das Coleções de Archeologia Classica*. (Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1919, 109 p.). Em relação ao acervo das peças gregas, romanas e etruscas, o guia apresenta informações incompletas. Acreditamos que tenha sido um esforço de Childe fazer o guia e o mesmo talvez tenha sido organizado segundo as técnicas da época; de qualquer forma, o que temos é uma listagem numérica de 447 peças, no final do livro. Entre estas peças numeradas segundo uma ordem cujos critérios desconhecemos, pois temos números saltados de 1 à 2466, somente oito foram fotografadas, fotografia da qualidade do início do século XX, e descritas, no interior dos capítulos do guia (p. 61), da seguinte forma, por exemplo:

“nº 1409. No IVº século, entre os assuntos tratados nos vasos, freqüentemente são cenas da vida quotidiana. Os epaulios — no dia seguinte do casamento a noiva recebe presentes dos parentes e amigas, ou ofertas das amigas à recém-casada; na manhã seguinte das núpcias. pp 48-49. [...] Merece toda atenção o fragmento de cabeça nº 1726, em barro cozido, que pelas suas proporções e feições se revela como uma cópia posterior de uma estátua belíssima da escola de Praxiteles. No ponto de vista estético, é certamente a peça mais bela da coleção.”

É mais ou menos nesta linguagem que são analisadas às oito peças. As demais são simplesmente citados os números no contexto dos capítulos que se intitulam: Vasos antigos, Do Vidro, Figurinhas de Barro Cozido, Estátuas de Bronze, Lâmpadas Antigas, Utensílios de Toucador, Anéis, Armas etc., Objetos diversos, Pinturas de Pompéia e Vestuário Antigo.

O acervo torna a ser objeto de pesquisa, após um longo tempo de silêncio, em 1958, por Henry Roy William Smith, professor de Arqueologia da Universidade da Califórnia, Berkeley, que durante quatro meses estudou no Museu Nacional. Desta pesquisa, resultaram dois artigos; um intitulado “Investigações no Museu Nacional do Rio de Janeiro, Brasil, Antigüidades Etruscas escavadas na Itália por iniciativa de Dona Teresa Cristina em 1889”, Revista *Year Book of the American Philosophical Society*, 1960, pp. 569-574 e o outro (fliácica-bufonaria) *Phlyax* in Rio de Janeiro, *The American Journal of Archaeology* 66, 1962, pp. 323-331. Em 1967, A. D. Trendall, especialista em cerâmica italiota, tendo por base o trabalho de Smith, inclui algumas peças do acervo do Museu Nacional do Rio de Janeiro no seu trabalho, publicado com o título *The Red-Figured Vases of Lucania, Campania and Sicily*. Oxford, 1967, em 2 volumes.

Depois de um outro grande vazio de publicações, encontramos, numa revista intitulada *Arqueologia do Estado do Rio de Janeiro* (Niterói: Publicação do Estado do Rio de Janeiro, 1995, p. 4), a notícia de que a arqueóloga Rhonedes Aldora Rodrigues Perez estava como responsável pela elaboração do livro tomo da Arqueologia Clássica, com vistas à informatização. Esta informação nos pareceu importante, visto que a organização do livro tomo permite o cuidado, o controle das peças e a possibilidade do acesso dos historiadores. Para nós, é fundamental que o acervo seja todo catalogado de acordo com as regras internacionais, pois sem o trabalho de codificação do acervo, as peças não são ainda documentos para o historiador da antiguidade, logo não temos condições de preparar qualquer projeto de pesquisa.

Temos certeza de que, por não existir nem arquivo, nem livro tomo e nem catálogos de qualquer tipo, após 145 anos temos um tão baixo índice de publicações, rigorosamente três.

Quanto à conservação das peças, possuímos dois documentos que nos deixaram alarmados e nos motivaram a escrever estas linhas, para que se tornasse público um S.O.S. ao Museu Nacional.

É preciso que todos saibam que o acervo possui um latente material para pesquisa histórica. A grosso modo, ele compreende 778 peças distribuídas entre vasos de cerâmica (cerâmica de estilo geométrico e coríntio; cerâmica ática, itálica, italiota, etrusca, etrusca-campânica, campânica, lucânica, apúlia, romana e ânforas para vinho greco-romanas); lamparinas, estatuetas de terracota, objetos de bronze, pequenas esculturas em pedra, frascos de vidro, amuletos fálicos e painéis de pintura mural. Um razoável número de vasos são pintados com imagens que representam temas profanos da vida quotidiana e temas religiosos.

Tanto para o Brasil, em termos de patrimônio e memória, quanto para pesquisadores, seja de qual for a área do saber, estas peças merecem um cuidado especial e uma atenção prioritária. No estado atual em que se encontra o acervo, ou se estabelece uma política de tratamento imediato ou ele não ficará nem como lembrança para as novas gerações.

Acreditamos e confiamos na responsabilidade, criatividade e sensibilidade daqueles que estão, hoje, diretamente responsáveis por este acervo. Neste aspecto, gostaríamos de destacar que, quando começamos a procurar saídas para conservação, restauração e publicação das peças correspondentes à “cultura clássica”, encontramos receptividade, atenção e colaboração da parte da Diretora do Museu Janira Martins Costa, do Chefe do Departamento de Antropologia Luiz Fernando Dias Duarte, do museólogo João Carlos Ferreira e da arqueóloga Rhonedes Aldora Rodrigues Perez. Reafirmamos, por um lado, que estaremos prontos para colaborar com qualquer medida que torne o acervo viável para tornar-se objeto de diversas pesquisas e publicações, mas, por outro lado, seremos como as Erinias, vigilantes incansáveis, dispostas a arguir contra aqueles que continuarem com esta política de destruição, descaso e de irresponsabilidade com bens que, na realidade, pertencem não somente à comunidade brasileira, mas à memória da história da humanidade.

Notas:

¹ Apresentamos como editorial a conferência proferida durante o evento relacionado às comemorações dos 170 anos de D. Pedro II, intitulado *O Segundo Reinado: Faces de um Brasil quase Desconhecido*, no Museu Nacional de Belas Artes, no dia 13 de dezembro de 1995. Gostaríamos de indicar que os dados referentes ao histórico do acervo foram obtidos através de um instrumento administrativo elaborado pela prof. Dra. Haiganuch Sarian, arquivado no Museu Nacional do Rio de Janeiro, ao qual tivemos acesso. Quanto ao número de publicações referentes ao acervo, após a realização do evento supracitado, foi lançado e colocado à venda, no Museu Nacional de Belas Artes, um catálogo de exposição intitulado *Cerâmicas Antigas da Quinta da Boa Vista*, organizado por diversos autores (Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro, 1995/1996). Sendo assim o número de publicações, referente ao acervo Greco-romano e etrusco, passa de três para quatro.

² A professora Margarida Maria de Carvalho encaminhou um pedido aos editores da PHOÏNIX para que publicassem a seguinte nota: "O artigo publicado pela referida professora, no número anterior da presente revista, intitulado *História e Arqueologia: uma interpretação sobre o comércio da cerâmica de Arezzo na Época de Augusto (27 a.C. a 14 d.C.)*, foi baseado nas pesquisas que desenvolveu durante o Curso de Mestrado na USP, junto à disciplina ministrada pela Professora Doutora Haiganuch Sarian. Durante o curso, a Prof^ª Dr^ª Haiganuch Sarian indicou temas de pesquisa, documentação e bibliografia aos seus alunos, tendo a prof. Margarida Maria de Carvalho escolhido a problemática da cerâmica de Arezzo e apresentado como monografia final de Curso. O artigo elaborado foi portanto uma síntese daquela monografia."